



Conexão Postal



Novembro, 2018 - Ano 06 - Número 40

facebook.com/sindecteb

(14) 3232-6432

(14) 3232-6432

www.sindecteb.com.br

Mala Direta Postal
Básica

9912328380/2013-SPI
SINDECTEB

CORREIOS

PLANO DE SAÚDE



PDC 956 AVANÇA E VAI PARA VOTAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vitória representa avanços contra as resoluções 22 e 23 da CGPAR. SINDECTEB participa de Audiências Públicas e Debates junto com outras entidades representativas. CONFIRA NA PÁGINA 4

ELEIÇÕES ARCO SPI:
SINDECTEB APOIA CHAPA 2 página 2



DEPTO. JURÍDICO: CONFIRA AS ÚLTIMAS VITÓRIAS
NA JUSTIÇA DO TRABALHO página 3



POSTALIS: FINDECT PARTICIPA DE MAIS UMA
AUDIÊNCIA PÚBLICA página 3



PLANOS DE SAÚDE: ECT FORÇA CRIAÇÃO DE PLANO
DE SAÚDE "PILOTO" página 4





CARTA DO PRESIDENTE

José Ap. Gimenes Gandara

Companheiros e Companheiras,

Novembro foi um mês focado no nosso Departamento Jurídico. Conseguimos mais vitórias nos processos do PCCS e apresentamos aos Associados nosso trabalho em defesa dos direitos Eceletistas. Para quem não se lembra, lá em 2013, quando foi feita a distribuição das ações na Justiça, afirmamos aos Companheiros que a vitória um dia chegaria. Mesmo com a morosidade da Justiça, que trabalha num ritmo muito mais lento do que gostaríamos, os resultados do trabalho estão aparecendo, e para nós não existe recompensa maior do que a satisfação no rosto do Associado e sua família ao receber essa indenização, que é muito bem-

vinda, ainda mais com o final do ano se aproximando. E por falar em fim de ano, a FECOMERCIÁRIOS, nossos parceiros que ofertam sua colônia de férias para usufruto dos Associados do Sindicato, apresentou suas opções de lazer e valores para diárias. Vale a pena ficar de olho para garantir uma boa semana de descanso com toda a família!

Nesta edição do Conexão Postal você também vai ver algumas informações sobre os avanços na luta dos trabalhadores contra as resoluções da CGPAR e a mais nova tramitação nefasta da diretoria dos Correios: implementar um plano de saúde “cobaia” para os funcionários da Postal Saúde, tudo com intuito de testar como funcionará um plano adequado às resoluções da CGPAR. Nosso Companheiro de luta e Tesoureiro, Anézio Rodrigues, está acompanhando de perto todas as informações sobre o caso.

Ainda nesta edição você verá informações sobre a Aposentadoria especial para carteiros e o projeto de Ideia Legislativa que corre em paralelo com o projeto do Deputado Orlando Silva (PC do B), informações sobre as audiências públicas sobre o Postalís e uma pequena homenagem aos nossos Companheiros Atendentes Comerciais, que celebraram seu dia no último 30 de outubro. e dos funcionários. **BOA LEITURA!**

LAZER: FECOMERCIÁRIOS DIVULGA PREÇOS

A FECOMERCIÁRIOS (Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo) divulgou a nova tabela de preços para hospedagem no Centro de Lazer, localizado na Praia Grande (SP). O SINDECTEB mantém uma parceria com a FECOMERCIÁRIOS para que os Associados possam fazer usufruto das instalações do Centro de Lazer.

Para saber os valores, as regras de hospedagem e as características dos quartos, acesse o documento oficial enviado pela FECOMERCIÁRIOS para o SINDECTEB. O documento está disponível no site do Sindicato.

APOSENTADORIA ESPECIAL PARA CARTEIROS

Está aberta para apoio a Ideia Legislativa de aposentadoria especial para carteiros. A ideia legislativa tem como função obter um certo número de apoios para que um assunto seja debatido no Senado Federal. O alto desgaste da profissão de carteiro demanda uma aposentadoria diferenciada, afinal, esses profissionais sofrem com sol, chuva, baixas temperaturas e dias de muito calor. Além das adversidades do clima, ainda há o risco de assaltos e os perigos do trânsito. Para dar seu apoio à Ideia Legislativa, basta acessar este link: <https://bit.ly/2KixW7X>. Não deixe de apoiar essa ideia! Vamos todos juntos lutar pelos direitos e benefícios da Categoria Eceletista!

SINDECTEB APOIA CHAPA 2 NAS ELEIÇÕES DA ARCO SPI

ARCO SPI é associação recreativa sem fins lucrativos que tem como principal finalidade fornecer lazer, cultura, diversão e interação social entre os trabalhadores dos Correios. Durante anos, a ARCO foi presidida por um mesmo grupo, que perante nossa perspectiva, não atendeu às demandas necessárias dos seus Associados. Por isso, os Sindicatos com base na S.E/SPI estruturaram uma Chapa (**CHAPA 2 – Unidos pela ARCO**) para concorrer nas eleições da Diretoria e Conselhos Fiscais e Deliberativos. A Chapa é composta apenas por Trabalhadores dos Correios e Aposentados, que são os que mais precisam das atividades fornecidas pela ARCO. Dentre os diretores do SINDECTEB, fazem parte da Chapa 2 Anézio Rodrigues e André Akira.

VOTE CHAPA 2 por uma ARCO democrática e preocupada com o bem-estar dos Trabalhadores!



EXPEDIENTE

Os textos aqui reproduzidos e as opiniões neles contidas são de inteira responsabilidade da direção do SINDECTEB

Projeto Gráfico



Responsável SINDECTEB:
José Ap. Gimenes Gandara

Textos e Diagramação:
Luis Paulo Isnard Jarussi

E-mail:
secretaria@sindecteb.com.br

Telefone:
(14) 3232-6432

PCCS: SETE COMPANHEIROS RECEBEM SEUS VALORES EM NOVEMBRO

Durante todo o mês de novembro, o SINDECTEB recebeu mais sete Associados para receber as instruções sobre o recebimento dos valores relacionados ao processo do PCCS/95. Em 2013, o Departamento Jurídico do Sindicato ingressou com aproximadamente 1300 Ações Judiciais Individuais na Justiça do Trabalho requerendo as Progressões Horizontais por Antiguidade e Merecimento, devidas pelo PCCS/95, que a ECT, irregularmente, deixou de pagar.

Na quinta-feira (01/11) os Associados Edson José de Oliveira (Carteiro, lotado na AC São Manuel), Anair dos Santos Oliveira (Carteiro, lotada no CDD Lins), Airton Silva (Atendente Comercial, AC Promissão) e Marco Antônio Vidal (Carteiro, lotado no CDD Lençóis Paulista) se reuniram com os advogados Marcos Barcellos e Ana Laura Moraes para analisar o processo e receber as últimas orientações.

O caso do Companheiro Airton serve de exemplo para outros Associados que se encontram afastados. É importante ressaltar que o processo não é interrompido por motivos de afastamento. A equipe Jurídica do SINDECTEB dá continuidade sem discriminação, sendo que a Justiça do Trabalho também não diferencia os casos por conta de afastamentos.

Na segunda-feira, dia 12 de novembro, mais três Associados do SINDECTEB compareceram à sede do Sindicato para receberem as últimas instruções. Pela manhã, foi a vez do Associado Adolfo Nunes, (Carteiro, CDD Vila Marcondes, em Presidente Prudente), durante a tarde, mais dois encontros ocorreram. O primeiro foi com a Associada Lizete Aparecida dos Santos Souza (CTCE Bauru, Turno 1), em seguida, foi a vez de José Marin, Eceletista aposentado e que era lotado no CDD Bauru.

Atenção aos companheiros filiados: Todos têm direito à assistência jurídica do SINDECTEB. Vários companheiros que recorrem ao Departamento Jurídico do Sindicato estão obtendo resultados em suas lutas. Filie-se ao SINDECTEB e deixe seus processos e necessidades jurídicas nas mãos de uma equipe preparada.



Aldolfo Nunes - Presidente Prudente



Lizete Aparecida dos Santos Souza - Bauru



Marco Antônio Vidal - Lençóis Paulista

FINDECT PARTICIPA DE MAIS UMA AUDIÊNCIA SOBRE O POSTALIS

Na terça-feira, dia 20 de Novembro, a FINDECT participou de mais uma audiência para tratar dos fundos de pensão de empresas estatais. Desta vez, a audiência aconteceu na Comissão de Direitos Humanos – CDH, no Senado Federal. O encontro contou com a participação da Federação e diversas outras entidades de cunho representativo dos funcionários de empresas estatais.

A Federação foi representada por Marcos Sant'Águida, do SINTECT-RJ, que expôs a delicada situação do Postalís. Marcos Sant'Águida foi eleito pela categoria Eceletista para fazer parte da Diretoria de Benefícios do Postalís, contudo, foi impedido de assumir sua função devido às ordens impostas pela intervenção da PREVIC, que foi iniciada em 4 de novembro de 2017 e prorrogada em outubro deste ano.

Junto com o assunto da intervenção, serão abordados outros temas polêmicos e necessários, como a conclusão dos trabalhos da CPI que analisou os fundos de pensão, os investimentos realizados pelo banco BNY Mellon e o déficit de mais de 5 bilhões. Audiência foi solicitada pelo Senador Paulo Paim, e foi realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

“É importante registramos que, desde de sua concretização, [a intervenção] não apresentou motivos consistentes para a sua existência. Bem como, nesse período, sob o controle da Previc, fez com que fosse reduzido o patrimônio do Postalís, com reflexo na diminuição das cotas dos participantes do Postal Prev” Marcos Sant'Águida

PLANO DE SAÚDE: PDC 956 É APROVADO PELA CTASP



A Comissão de Trabalho de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou de forma unânime o Projeto de Decreto Legislativo nº956.

Na última quarta-feira (7/11), data da aprovação do PDC 956, estiveram presentes à Câmara dos Deputados diversas entidades representativas dos trabalhadores de empresas estatais, que puderam comemorar a aprovação do Projeto.

O PDC 956 é de autoria da Deputada Erika Kokay (PT-DF) e prevê a suspensão dos efeitos da resolução CGPAR nº 23. A resolução pretende alterar a forma de custeio dos planos de saúde, retirando responsabilidade financeira das empresas e onerando ainda mais o trabalhador com um projeto de paridade de custeio entre empresa e beneficiários. O texto também visa a alteração na inserção de dependentes, restrições para os aposentados e mudanças nas mensalidades de acordo com a renda e faixa etária.

As resoluções da CGPAR tem efeito imediato sobre os planos de saúde das empresas estatais, como é o caso da Postal Saúde e seus planos. De acordo com a autora, a resolução está provocando “angústia de milhões de pessoas” devido ao principal objetivo da resolução 23, que é favorecer o mercado de planos de saúde privados e diminuir o custo de participação das empresas estatais para facilitar a privatização dos planos oferecidos aos funcionários. A deputada acredita que a resolução da CGPAR é “arbitrária, inconstitucional, ilegal e abusiva”.

Após a aprovação na CTASP, o PDC 956 segue para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). A próxima etapa é a votação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

POSTAL SAÚDE: ECT TENTA FORÇAR VOTAÇÃO DA CRIAÇÃO DE UM NOVO PLANO PARA FUNCIONÁRIOS DA POSTAL SAÚDE

Durante a 93ª reunião do Conselho Deliberativo da Postal Saúde, foi trazido para apreciação dos membros Conselho a criação de um novo Plano de Saúde para os funcionários da Operadora. O plano se adequa às normativas da CGPAR, inclusive as resoluções 22 e 23, que são motivo de protesto por parte das Entidades Representativas dos Trabalhadores de Empresas Estatais.

Na ocasião, o Conselheiro Anézio Rodrigues questionou a postura da Postal Saúde de colocar em votação a criação do plano, uma vez que o papel da CGPAR como órgão deliberativo não Proceede.

A votação deixou de acontecer na 93ª reunião por uma decisão do Presidente do Conselho Deliberativo (cargo que é ocupado por profissional indicado pela empresa), pois não havia quórum suficiente para a aprovação. A decisão foi postergada para a 94ª reunião, feita no dia 19 de outubro. No dia do novo encontro, foi trazido à pauta a votação do novo Plano para os funcionários da Operadora. Em mais uma oportunidade, Anézio e os demais Conselheiros eleitos foram contrários à decisão da Postal Saúde de:

1. Continuar com o projeto de elaboração de um plano de saúde alinhado com as normativas da CGPAR, que visam redução de direitos dos trabalhadores

2. Insistir na votação do Plano mesmo diante de uma série de movimentações na Justiça que objetiva a revisão das normativas da CGPAR.

Outra vez a votação não foi feita pois um dos Conselheiros

que representam os trabalhadores pediu vistas do plano, o que adiou a decisão para a 95ª reunião.

Percebe-se aqui uma estratégia antidemocrática clara. O Conselho é formado por três representantes dos Trabalhadores e três representantes da ECT, sendo que o Presidente do Conselho, em caso de empate, possui o voto de Minerva.

O fato do Presidente ser indicado pela Empresa escancara o desequilíbrio democrático do Conselho, uma vez que seu pensamento tende ao alinhamento com os demais conselheiros que representam a voz da Empresa. A divisão é um prejuízo para a representação dos trabalhadores, que, ficam à mercê das estratégias da empresa, mesmo quando seus representantes fazem oposição a esse tipo de situação.

O mais preocupante em tudo isso é o desdobramento da aplicação do novo Plano. A princípio, ele seria válido apenas para os funcionários da Postal Saúde, contudo, dada sua implementação, será questão de tempo até que seja proposto a alteração das regras dos atuais planos ofertados aos Ecetistas, tudo com a finalidade de adequá-los à CGPAR.

Mais uma vez, vale lembrar que as normativas da CGPAR são alvos de críticas pesadas por parte das representações trabalhistas, sendo inclusive tema de projetos de suspensão de efeitos das normas na Câmara dos Deputados.

A ECT tenta criar um “Plano de Saúde piloto” para testar os efeitos da adequação à CGPAR. A atitude é nociva aos trabalhadores e fere a democracia e funcionalidade do Conselho Deliberativo da Postal Saúde.